

Telemonitoramento de gestantes reduz mortalidade materna e neonatal no AM

-
- Iniciativa da Ufam e do Ministério da Saúde conecta profissionais de Manaus a equipes de todo o estado
- Projeto reduziu deslocamentos, zerou a fila de pré-natal e fortaleceu o atendimento em áreas ribeirinhas e indígenas

Laiz Menezes

São Paulo

Com sangramentos recorrentes e medo de perder o bebê, a enfermeira Tatiane Pinheiro, 32, viveu uma gestação de alto risco em Iranduba, na região metropolitana de Manaus. A rotina de idas emergenciais à maternidade só mudou quando ela passou a ser acompanhada por um projeto que integra equipes locais a especialistas da capital do Amazonas.

O projeto Telepnar (Telemonitoramento de Pré-natal de Alto Risco em Áreas Remotas do Amazonas) é uma iniciativa da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) em parceria com o Ministério da Saúde, criado em 2022 para reduzir a mortalidade materna, fetal e neonatal em regiões isoladas.

O programa conecta profissionais da atenção primária a especialistas do Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus, por meio de uma plataforma digital que permite acompanhar e discutir cada caso à distância.

O projeto está presente em 61 dos 62 municípios do Amazonas (exceto Manaus, que já possui estrutura própria) e também nos sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). No total, 2.418 gestantes já foram atendidas desde outubro de 2023, data em que o projeto passou a atender pacientes, antes estava em fase de implementação. Dessas, 1.304 ainda estão em acompanhamento e cerca de 23 casos resultaram em aborto ou óbito fetal.

"A proposta surgiu porque o Amazonas tem uma das maiores taxas de mortalidade materna do país. O objetivo é levar atendimento especializado às mulheres do interior, muitas delas indígenas e ribeirinhas, que vivem em locais de difícil acesso", explica Ione Brum, ginecologista obstetra e coordenadora do projeto.

Segundo ela, antes do Telepnar, grande parte das gestantes não tinha acesso a obstetras. "Agora, cada mulher de alto risco é acompanhada por um especialista, o que faz toda a diferença."

Como funciona o telemonitoramento

Postos de UBS (Unidade Básicas de Saúde) e dos Dsei inserem as gestantes de alto risco na plataforma, que integra o prontuário eletrônico do SUS. A partir daí, os especialistas da Ufam avaliam os casos, orientam a conduta dos profissionais locais e, quando necessário, indicam a transferência para o ambulatório de alto risco do Hospital Universitário.

De acordo com Loraine Santos, médica de família e comunidade em Iranduba, o sistema trouxe agilidade e segurança clínica. "Após a primeira consulta e a estratificação de risco, incluímos a paciente na plataforma. O retorno da obstetra normalmente vem no mesmo dia, e isso evita deslocamentos desnecessários à capital", afirma.

Entre as condições que classificam uma gestante como de alto risco estão diabetes e hipertensão gestacional, obesidade grave, anemia severa, infecções urinárias de repetição e doenças infecciosas como hepatite e HIV, além de histórico de abortos recorrentes ou cesarianas múltiplas.

O município de Iranduba, embora próximo da capital, tem comunidades ribeirinhas que podem levar horas de barco e carro até a sede. "A geografia do estado impõe desafios enormes. Esse tipo de tecnologia é essencial, porque não há especialistas suficientes em todos os polos", acrescenta.

O programa também zerou a fila de espera para o pré-natal de alto risco no estado, segundo Carlem Cabus, enfermeira supervisora do Telepnar. "Nenhuma gestante fica aguardando consulta. Ou ela é atendida presencialmente, ou está sendo monitorada pela plataforma", afirma.

Além de garantir acompanhamento especializado, a iniciativa reduziu as transferências desnecessárias para Manaus, evitando deslocamentos longos e caros, especialmente em regiões de acesso fluvial.

A secretária municipal de Saúde de Iranduba, Luana Ferraz, destaca a importância da plataforma para levar atendimento médico especializado a gestantes ribeirinhas. "Nossas equipes vão até as comunidades e, com internet nos polos descentralizados, conseguem realizar o atendimento junto à obstetra em Manaus. Assim, a paciente recebe orientação especializada sem sair da comunidade", diz.

Com diagnóstico de prolapso uterino, condição em que o útero desce para o canal vaginal, podendo causar aborto ou parto prematuro, Tatiane conseguiu manter a gravidez estável com o suporte remoto das equipes médicas.

"Era muito sangramento. De 15 em 15 dias eu estava na maternidade. Depois recebi apoio e orientação, tanto médica quanto emocional. Consegui ficar em casa até o parto", relata. O bebê nasceu saudável.

A fisioterapeuta Adriane Nascimento, 29, também faz parte do projeto. Após dois abortos espontâneos, hoje está grávida de seis meses e meio e realiza consultas quinzenais acompanhadas pelo Telepnar.

"Tenho síndrome dos ovários policísticos e adenomiose. Agora tenho acompanhamento constante e confiança de que meu bebê está bem", diz.

Outra frente do programa é a capacitação de profissionais locais. Até agora, 3.041 médicos, enfermeiros e parteiras foram treinados, presencialmente ou à distância, para identificar e acompanhar gestantes de risco nas aldeias e comunidades remotas.

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/11/telemonitoramento-de-gestantes-reduz-mortalidade-materna-e-neonatal-no-am.shtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Folha de S. Paulo